

A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ

Autoria: Alessandra Cenerino, Osvaldo Hidalgo da Silva

RESUMO

A internacionalização ocorre de diversas formas entre as Universidades, principalmente através da cooperação internacional, que inclui a mobilidade de estudantes, gestores e professores, entre outras atividades. O presente trabalho teve como objetivo conhecer a situação das Universidades Estaduais do Paraná quanto à cooperação internacional, tendo como base os dados dos anos 2005 e 2006, e contribuir com a melhoria do funcionamento das instituições nessa área de atuação. Os procedimentos metodológicos envolvem dados primários e secundários no levantamento das informações através de questionário, além de pesquisa bibliográfica. O estudo identificou as principais dificuldades e necessidades de cada instituição durante seu processo de internacionalização, concluindo que: as Universidades envolvidas não possuem estrutura adequada para o desenvolvimento das atividades de cooperação internacional; o processo de internacionalização é recente; há necessidade de adequar a regulamentação interna da atividade junto às IES; é importante definir o *status* dos Escritórios, assim como serem incorporados nos planos de ações das reitorias; há carência de recursos humanos capacitados para o desenvolvimento da atividade.

1 Introdução

O mundo atual passa por constantes mudanças políticas, econômicas, tecnológicas, sociais e culturais. A realidade vigente nos mostra que existe certa interdependência entre países nos seus diferentes âmbitos de atuação. As conseqüências advindas desse processo vêm ocasionando cada vez mais a inter-relação entre as Universidades e para isso as mesmas estão ou devem estar se preparando para participarem da dinâmica da difusão do conhecimento científico, cultural, tecnológico e do ensino propriamente dito.

No Brasil, muitas Universidades não possuem estrutura adequada para a cooperação internacional assim como pessoal suficiente para o desenvolvimento dessa atividade. Com isso, faz-se necessário a busca por uma conscientização da comunidade universitária e dos governantes quanto à importância das relações internacionais para promover o desenvolvimento da internacionalização do ensino superior no Brasil. A cooperação internacional vem desempenhando um papel cada vez mais importante e estratégico na educação superior, o que a torna fundamental e indispensável para a expansão e para a qualidade dos programas acadêmicos oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior (IES).

Analisando o período da criação das Universidades Estaduais do Paraná, é possível observar que na sua maioria, foram criadas por volta da década de 70. Entretanto, no Estado do Paraná, ainda não existem informações sistematizadas com respeito à internacionalização. Apesar de esta atividade estar presente nas IES, somente entre 1995 e 1997 passou a ter maior significado com a criação dos seus Escritórios/Assessorias de Cooperação Internacional delimitando, dessa forma, a atividade e o espaço institucional.

Essa escassez de informação na área, a necessidade crescente da busca pela integração de culturas e por novos espaços no âmbito nacional e internacional, a geração de conhecimentos

atuais referente às Universidades paranaenses, justificam plenamente o desenvolvimento desta monografia. Além disso, o interesse em desenvolver um trabalho que pudesse contribuir e fornecer um suporte para os Escritórios/Assessorias de Cooperação Internacional das Instituições de Ensino Superior Estaduais do Paraná, também foi considerado no desenvolvimento do trabalho.

Com a preocupação de conhecer como este tema está sendo conduzido no Estado do Paraná e com base nos problemas enunciados, inclusive em outros que poderão ser detectados durante o desenvolvimento deste trabalho, pretende-se analisar a situação atual da cooperação internacional nas Universidades Estaduais Paranaenses.

Assim, foi realizada uma pesquisa exploratória tendo como hipótese básica que as Universidades Estaduais do Paraná não possuem estrutura adequada para desenvolver atividades relacionadas à cooperação internacional.

2 Revisão da Literatura

2.1 INTERNACIONALIZAÇÃO

No Brasil, as relações internacionais acadêmicas iniciaram-se no período colonial, quando jovens brasileiros iam estudar em Portugal, na Inglaterra ou na França. As Universidades recém-criadas foram buscar pesquisadores na Alemanha e na França para orientar as pesquisas. No século XX os programas brasileiros de apoio à formação de mestres e doutores no exterior (CAPES e CNPq) criaram relações com diversos países, ao qual incluía visitas, estágios, trabalhos de pesquisa conjunta e vinda de alunos do exterior (DEWES; ROCHA, 2001).

Segundo Knight e Wit (*on line*, 2006), a internacionalização do ensino superior é “[...] the process of integrating an international/intercultural dimension into teaching, research and service functions of the institutions”.

De acordo com Stallivieri (*on line*, 2006), a internacionalização das instituições é o processo de introdução da dimensão internacional na cultura e na estratégia institucional, nas funções de formação, de investigação e de extensão e no processo de oferta e de capacidades da Universidade.

Sebastián (*on line*, 2006, p. 1-2) afirma que a dimensão internacional das Universidades pode ser vista através de dois componentes que, embora sejam distintos, possuem relação entre si. Esses componentes são representados pela internacionalização e a cooperação internacional. Para ele a internacionalização “es un objetivo que se incluye, casi sin excepción, entre las metas de la mayoría de las Universidades. Es un objetivo, pero también un proceso, que requiere de políticas activas”. Por sua vez, a cooperação internacional é entendida “como un instrumento al servicio de los objetivos institucionales y, como un medio para conseguir mayores niveles de internacionalización”. O autor ainda afirma que, enquanto todos os processos de cooperação internacional contribuem para a internacionalização, nem todos os processos de internacionalização acontecem mediante as atividades de cooperação internacional.

Stallivieri (2004) ainda afirma que a internacionalização surge em decorrência de dois fatores básicos, ou seja: como os países estão respondendo aos impactos do fenômeno da globalização, e como um conjunto de esforços pró-ativos das Universidades para adaptarem-se a um mundo globalizado.

A cooperação internacional ocorre de diversas formas entre as Universidades, principalmente através da mobilidade de estudantes, gestores e professores. A mobilidade acadêmica é um processo que ocorre quando um estudante de uma instituição de nível superior realiza estudos em outra instituição, possibilitando que estes estudos sejam reconhecidos em sua instituição de origem. Neste caso, estudantes de um país realizam estudos em instituições de outros países, principalmente em Universidades conveniadas às suas, para complementação de seus estudos, possibilitando, inclusive o conhecimento prático de novas culturas.

O convênio internacional é um instrumento utilizado para formalizar a parceria entre duas ou mais instituições de países diferentes. Através dele as Universidades manifestam a intenção de desenvolver projetos conjuntos e promover o intercâmbio de estudantes, professores e técnicos, buscando a troca de experiências e informações. Também abrange outros tipos de cooperação além do intercâmbio, como formação de estudantes e professores, cursos de extensão e pós-graduação em conjunto, desenvolvimento de projetos, redes de cooperação, publicação de trabalhos e outras atividades que podem ser desenvolvidas para o benefício das instituições participantes do convênio. De acordo com Samoilóvich (1999, *apud* STALLIVIERI, 2004, p. 45-46) “[...] los convenios internacionales interuniversitarios representan la formalización de una relación institucional, emergente o consolidada, mediante un documento que define los ámbitos de cooperación entre instituciones de educación superior de diversos países”.

Apesar de a internacionalização ser um objetivo explícito na maioria das Universidades do mundo, percebe-se que existem algumas dificuldades que independem do nível de desenvolvimento da instituição ou do país. Entre elas podemos citar algumas, como: localização geográfica, barreiras lingüísticas, nível de desenvolvimento do país, políticas internas, falta de políticas de financiamento de estudos, falta de currículo adequado para atender aos requisitos da instituição estrangeira.

É importante salientar que o estágio de desenvolvimento de cada país implica decisivamente no maior ou menor grau de importância dos itens expostos. Observando com o enfoque voltado da Europa/América Latina ou ainda América do Norte/América Latina, é possível perceber que o aspecto econômico é favorável a Europa e América do Norte, mas quando se trata de questão social, principalmente a imagem de insegurança, é também um elemento que pesa nesse contexto.

2.2 A INTERNACIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA E AS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS

Estudos recentes mostram que a procura pela mobilidade estudantil no exterior tem crescido nos últimos anos em todas as partes do mundo. Apesar das dificuldades ainda encontradas, conforme citado neste trabalho, e as diferentes políticas de mobilidade estudantil em cada país, percebe-se que tanto na Europa quanto nas Américas esse número indica constante crescimento.

Com o crescimento da mobilidade na União Européia, surgiram alguns programas de intercâmbio com a finalidade de financiar estudos no exterior. Entre eles, podemos citar os

programas como o Sócrates, Erasmus, Erasmus Mundus, Programa Alban, Becas-MAE, Fundación Carolina, entre outros.

Estes programas concedem bolsas de mobilidade a milhares de estudantes e professores, através da cooperação transnacional e da criação de redes temáticas europeias, com o objetivo de abrir espaço ao ensino superior do resto do mundo e completar os programas regionais da União Européia existentes, preparando seus participantes, tanto europeus como de outros países, inclusive os Ibero-Americanos.

Com a Declaração de Bolonha, no momento em curso na Europa, os países devem enfrentar desafios na adaptação do sistema de ensino superior. Por outro lado, todo esse processo deverá, em um futuro próximo, também afetar as relações interinstitucionais universitárias nos âmbitos da mobilidade universitária de outros países externos à União Européia, inclusive o Brasil.

Nos países Ibero-Americanos a internacionalização universitária também é um assunto muito discutido tanto no âmbito acadêmico quanto no governamental. Normalmente, a mobilidade de estudantes na América Latina, ocorre com os intercâmbios bilaterais entre Universidades que possuem acordos de cooperação internacional entre si e, através deles, promovem o intercâmbio de estudantes, professores e técnicos. Entretanto é uma iniciativa limitada, pois não existem programas de bolsas de estudos para essa modalidade de intercâmbio, considerando a limitação financeira dos participantes, e tampouco acordos para reconhecimento desses estudos na Universidade de origem. Cada instituição possui seus próprios métodos de reconhecimento, portanto, nem sempre está garantido que esses estudos serão reconhecidos.

2.3 A INTERNACIONALIZAÇÃO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

No Brasil, as relações internacionais acadêmicas iniciaram-se no período colonial, quando jovens brasileiros iam estudar na Europa. No século XX, a CAPES e o CNPq iniciaram relações com outros países, com o objetivo de apoiar a formação de mestres e doutores no exterior, através de visitas, estágios, trabalhos de pesquisa conjunta e vinda de alunos do exterior (DEWES; ROCHA, 2001).

Após a Segunda Guerra Mundial iniciou-se o processo de formalização de acordos com países estrangeiros que durante os anos 60 envolveu acordos bilaterais para cooperação científica e tecnológica. Nos anos 70 o processo de internacionalização atingiu maiores proporções, quando o governo e as Universidades demonstraram o interesse de trabalhar para definir estratégias prioritárias para o país, através da assinatura de acordos de cooperação e criação de estruturas para gerenciamento e negociação interna (LAUS; MOROSINI, *on line*, 2006).

Desde então, a internacionalização das IES no Brasil vem acontecendo de diversas formas, inclusive através de programas de mobilidade em parceria com Universidades estrangeiras e convênios de mobilidade estudantil.

2.4 O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ

Em relação à cooperação internacional universitária, até o presente momento, não se tem informações sobre a priorização do Governo do Estado nessa atividade. Na realidade,

observando os locais pertinentes a esse assunto, fora as Universidades Estaduais, pouco se tem desenvolvido no Estado. O Governo do Estado apresenta o enfoque da cooperação internacional ligado muito mais aos temas econômicos e empresariais, conforme pode ser observado no *website* oficial do Centro de Cooperação Internacional do Governo Paranaense.

Entretanto, as Universidades Estaduais trabalham constantemente na busca por parcerias para o desenvolvimento de sua internacionalização, através de seus Escritórios/Assessorias de Cooperação Internacional. Essas instituições possuem diversos convênios de cooperação com Universidades estrangeiras, tanto na área técnica e científica, quanto para mobilidade acadêmica.

É através dessas parcerias que a inserção das Universidades Estaduais do Paraná no exterior vem se concretizando. Há trabalho constante das instituições para fazer da internacionalização uma meta a ser alcançada nos próximos anos. Como exemplo desse trabalho, pode-se citar a divulgação constante das instituições, seus currículos, seus docentes e suas pesquisas científicas, para que consigam o reconhecimento no exterior.

3 OBJETIVOS

O objetivo desse trabalho foi conhecer a situação das Universidades Estaduais do Paraná quanto à cooperação internacional e contribuir com a melhoria do funcionamento das instituições nessa área de atuação. Especificamente buscou junto as IES do Paraná: analisar a criação da cooperação internacional, a estrutura organizacional da cooperação internacional, assim como a dinâmica de seu funcionamento e a efetiva cooperação internacional.

4 METODOLOGIA

O universo e amostra da pesquisa foi a Cooperação Internacional das Universidades Estaduais do Paraná, que são as seguintes: Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

Foi elaborado questionárioⁱ (BRAVO, 2003; SELLTIZ, 1980) utilizando-se como base os conhecimentos de vivência e trabalho nessa área pela autora, a observação de pesquisa realizada pelo FAUBAIⁱⁱ e publicada no Anuário de 2006 assim como informações adicionais prestadas pelo orientador. Essa pesquisa foi dividida em três partes: dados gerais da instituição, informações sobre a cooperação internacional e estrutura e planejamento das ações de cooperação internacional. Os dados foram coletados no decorrer do segundo semestre de 2006.

Foram utilizados dados primários e secundários no levantamento das informações necessárias para a análise do problema via questionário, além de pesquisa bibliográfica. A pesquisa é um estudo exploratório com corte seccional, onde foram estudadas informações específicas sobre as Universidades (OLIVEIRA, 2001; SIERRA, 2003). A análise dos dados foi feita através do processo de análise documental e das entrevistas que foram encaminhadas às instituições de ensino superior estaduais do Paraná.

O objeto de pesquisa (Universidades Estaduais) deve-se à dinâmica aparentemente homogênea que desenvolve na sua missão, assim como no público atendido e mantenedor.

Por sua vez, também está claro que muitos outros aspectos poderiam ser levados em conta nesse trabalho, mas para efeito de um artigo, entendido como um exercício intelectual, como parte de um processo mais amplo, entende-se como suficiente na busca dos resultados a serem alcançados.

No presente trabalho realizou análise da situação atual dos órgãos responsáveis pelas relações internacionais nas IES estaduais do Paraná. Também foram identificadas as principais dificuldades e necessidades de cada instituição durante o processo de internacionalização.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO

As informações ora apresentadas como resultados a serem discutidos são decorrentes dos dados coletados via questionários junto às IES Estaduais do Paraná, revisão bibliográfica, experiência profissional e discussão com informantes qualificados. O quadro funcional e acadêmico dessas IES, conforme Tabela 1, é o seguinte:

Tabela 1 – Número total de professores, técnicos e alunos das IES públicas do Paraná (2006)

Instituição	Professores	Técnicos	Alunos
UEL	1.653	3.539	17.602
UEM	1.434	2.720	17.465
UEPG	792	863	8.082
UNICENTRO	639	234	11.000
UNIOESTE	1.092	1.088	11.603

Fonte: Dados primários coletados junto às Universidades Estaduais do Paraná.

O total de cursos de graduação das IES do Paraná varia de 39 a 49 cursos, conforme Tabela 2. Os cursos de pós-graduação, incluindo *lato sensu* e *stricto sensu*, possuem variação muito grande entre as Universidades, de 08 a 171 cursos. A Universidade Estadual do Oeste do Paraná informou apenas o número de cursos de mestrado e doutorado.

Tabela 2 – Cursos de graduação e pós-graduação das IES públicas do Paraná.

Instituição	Cursos de graduação	Cursos de pós-graduação
UEL	43	171
UEM	49	89
UEPG	37	19
UNICENTRO	38	36
UNIOESTE	34	08

Fonte: Dados primários coletados junto às Universidades Estaduais do Paraná.

Quanto aos Escritórios de Cooperação Internacionalⁱⁱⁱ a Universidade Estadual de Londrina e Universidade Estadual de Ponta Grossa, criaram os seus em 1995. Na Universidade Estadual de Maringá e Universidade Estadual do Centro-Oeste foram criados em 1997.

Considerando-se essa informação com as Tabelas 1 e 2 percebe-se a grande variação existente entre as IES Estaduais do Paraná. No entanto, é importante ressaltar que esses números não

mantêm uma relação direta com a cooperação internacional, ou seja, não significa que a instituição mais antiga ou que possui maior número de professores, cursos e/ou alunos seja a mais capacitada para atividades de cooperação internacional.

De acordo com Sebastián (*on line*, 2006) o nível de internacionalização pode ser caracterizado por uma série de indicadores: a extensão da cultura de internacionalização (incluindo os objetivos institucionais e os conteúdos e métodos docentes), o grau de difusão e utilização no exterior das capacidades docentes e de pesquisa, o nível de visibilidade e reconhecimento institucional no exterior, e os retornos tangíveis e intangíveis quanto à internacionalização.

Em relação ao número de alunos de graduação participantes de intercâmbio observou-se que existe grande diferença na forma de registrar essas informações entre as IES. Mesmo assim, para o ano de 2005^{IV}, as IES enviaram para o exterior aproximadamente 184 alunos e receberam 86 alunos (Tabela 3)^V.

Percebe-se que as instituições ainda estão longe de um ponto ideal de intercâmbio estudantil, tanto no envio como recebimento de alunos. Essa situação pode ser explicada pela falta de divulgação institucional quanto à imagem no exterior (recebimento de alunos) e quanto a maior eficiência na informação interna das IES aos seus corpos discentes, aliado às dificuldades financeiras dos alunos e baixo nível de conhecimento quanto ao estudo de línguas estrangeiras. No dia a dia institucional é possível detectar facilmente esses limitadores.

Tabela 3 - Alunos de graduação e pós-graduação participantes de intercâmbio nas IES Estaduais do Paraná (2005)

Instituição	Alunos de Graduação		Alunos de Pós-Graduação	
	Enviados	Recebidos	Enviados	Recebidos
UEL	11	30	04	04
UEM	04	09	02	01
UEPG	106	35	01	00
UNICENTRO	63	12	00	00
UNIOESTE	00	00	00	00

Fonte: Dados primários coletados junto às Universidades Estaduais do Paraná.

Em relação ao número de alunos de pós-graduação participantes de intercâmbio, há uma variação entre 04 a nenhum estudante enviado e 04 a nenhum recebido ao ano. Ou seja, metade das instituições não possui alunos de intercâmbio na pós-graduação ou esse número não é contabilizado.

Percebe-se, também, que o número de alunos intercambistas de pós-graduação é menor que o de graduação. O baixo número desses alunos pode ocorrer devido a diversos motivos, entre eles a falta de interesse em estudar no exterior, falta de incentivo na busca de informação quanto ao tema, desconhecimento das oportunidades existentes, falta de programas específicos de mobilidade acadêmica com Universidades estrangeiras e, no caso de recebimento de alunos, além dos itens já enumerados, a falta de divulgação das IES Estaduais no exterior.

Observa-se também que os problemas oriundos da internacionalização, via Escritórios de Cooperação Internacional das IES, não apresentam diferenças significativas entre graduação e

pós-graduação. Também, vale salientar que os principais editais internacionais sobre estudos no exterior não diferenciam essas categorias, oferecendo oportunidades a todos.

Deve-se considerar também que a pós-graduação possui uma dinâmica própria via CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), dessa forma, poucos utilizam a Cooperação Internacional das IES para intermediar sua estada no exterior, dificultando, assim, o controle das entradas e saídas de estudantes. Esses dados apresentados, no entanto, não computam estudantes tanto enviados como recebidos, via CNPq ou CAPES assim como os de iniciativas próprias.

Tabela 4 - Professores de graduação e pós-graduação participantes de intercâmbios nas IES Estaduais do Paraná (2005)

Instituição	Professores de Graduação		Professores de Pós-Graduação	
	Enviados	Recebidos	Enviados	Recebidos
UEL	01	03	01	04
UEM	06	08	00	01
UEPG	00	00	00	00
UNICENTRO	05	01	03	02
UNIOESTE	00	00	00	00

Fonte: Dados primários coletados junto às Universidades Estaduais do Paraná.

Na Tabela 4, os dados indicam professores tanto da graduação como da pós graduação que foram enviados e recebidos pelas IES durante o ano de 2005, através dos Escritórios de Cooperação Internacional.

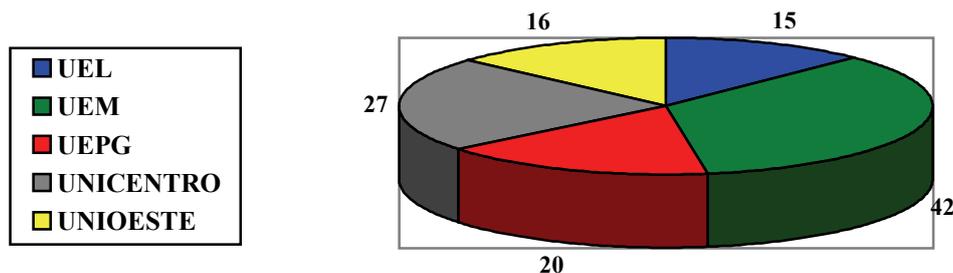
Essa informação não levou em conta a possibilidade de o professor atuar nas duas categorias, o que provavelmente acontece. Isso, por sua vez não significa que existe desinteresse ou não estejam buscando outras formas de internacionalização de seus trabalhos. Como já informado, o CNPq e CAPES estão na frente desta atividade, onde muitos professores e alunos da pós-graduação também viajam para atividades acadêmicas internacionais, por intermédio de seus orientadores ou por iniciativas individuais.

O Decreto nº. 5098 de 19/07/2005, do Governo do Estado do Paraná, também é um elemento a mais no contexto das dificuldades de internacionalização das Universidades Estaduais paranaenses. Ele vem na contramão das alternativas, pois todos os indicadores de fortalecimento de cursos das IES, principalmente a pós-graduação, levam em conta também a internacionalização das produções acadêmicas, nas suas diferentes modalidades. O Decreto materializa o descompasso entre essas preocupações. Por outro lado, o mesmo retirou essa atribuição dos reitores repassando-as ao Governo do Estado, suplantando inclusive a própria SETI (Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior). O que se observou, ao longo de sua existência, é a não discussão em profundidade desse problema e a acomodação pelos setores envolvidos nesse contexto.

5.2 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

O número de convênios sempre aparece em publicações como um elemento que ressalta a importância desse indicador junto aos demais demonstrativos institucionais. É importante não confundir número de convênios com operacionalização de convênios.

Observando o Gráfico 1, que indica o número de convênios das IES Estaduais do Paraná com Instituições do exterior, percebe-se que, geralmente, esse número sempre apresenta tendência a aumentar, mas muitos deles são meras iniciativas que ao longo do tempo não apresenta prosseguimento. A cooperação internacional é trabalhosa, exige contatos constantes e persistência, além de formação de equipe que possa contribuir com a evolução dos convênios.



Fonte: Dados primários coletados junto às Universidades Estaduais do Paraná.

Gráfico 1 - Número de convênios de cooperação internacional nas Universidades Estaduais do Paraná (2006)

Também, é racional que exista relação entre viagens internacionais de reitores e Escritório de Cooperação Internacional. É comum nas Universidades, agora generalizando inclusive para o Brasil, reitores viajem e assinarem convênios com total desconhecimento da Cooperação Internacional, geralmente, grande parte deles não ultrapassam os gabinetes.

Diante desses problemas, o que pode ser detectado é a não inserção da cooperação internacional na vida universitária. É necessário certo cuidado na operacionalização dos convênios para que as IES não tenham um alto indicador de convênios inoperantes ou literalmente mortos. Os Escritórios de Cooperação Internacional devem sim, cada vez mais, buscar novas alternativas para serem oferecidas através dos convênios, assim como, buscar uma média de assinatura de convenio versus execução dos mesmos.

Stallivieri (2004, p. 47) afirma que

[...] a gestão dos acordos de colaboração deve ser cuidadosamente operacionalizada, pois corre-se o risco de que o documento nem sempre atinja os resultados esperados, caindo no ostracismo e no esquecimento, se não for colocado o interesse institucional acima do interesse pessoal de um professor e/ou pesquisador.

As observações de Stallivieri estão bem fundamentadas e adicionar outra preocupação nessa discussão pode contribuir futuramente com a melhoria das atividades de convênios. Quanto mais amplo em termos de realização for a formatação de um convênio, melhor resultado o mesmo pode alcançar.

Além de convênios, outros problemas que podem estar presentes na cooperação internacional entre IES são os programas específicos de mobilidade acadêmica que atendam alunos na sua plenitude de aprendizagem (aproveitamento de créditos). A cooperação internacional exige alteração de legislação vigente nas IES para que os alunos participantes possam aproveitar as atividades realizadas integralmente. Este quadro já está sendo mudado em algumas instituições, com alterações nas resoluções vigentes, facilitando, assim, o aproveitamento das disciplinas realizadas nas Universidades do exterior. Em nível macro, nas IES paranaenses ainda há muito a fazer ante esse aspecto.

García e Racki (*on line*, 2006) afirmam que os princípios sobre que se baseiam o intercâmbio de estudantes são a confiança entre as instituições; transparência informativa sobre tudo que envolve o intercâmbio, inclusive documentos; reciprocidade quanto às obrigações tanto das Universidades quanto dos estudantes; e flexibilidade quanto aos planos de estudos, qualificação, etc.

Estos principios generales son reconocidos como necesarios por la mayoría de los responsables de la educación superior en la región, pero en muchos casos hay coincidencia en diagnosticar características de rigidez en los sistemas curriculares de las Universidades latinoamericanas y europeas, incompatibilidad en los despliegues académicos (asignaturas anuales y semestrales) y en los calendarios lectivos, y rigidez o celo en el personal docente [...] El reconocimiento académico no es ni supone en ningún caso una convalidación. El concepto de convalidación implica la práctica igualdad de los programas de una determinada materia o asignatura cursada en dos Universidades distintas. [...] El concepto de reconocimiento académico es, al mismo tiempo, más flexible y más realista.

5.3 ESTRUTURA E PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Ao se tratar do desenvolvimento das atividades da Cooperação Internacional das IES Estaduais do Paraná, outros indicadores além dos já apresentados foram levados em conta na realização deste trabalho. Entre eles, a disponibilidade de espaço físico, número de funcionários do setor, capacitação destes em línguas e nas atividades específicas da cooperação internacional, equipamentos disponíveis assim como a equipe de apoio. A partir deste parágrafo serão apresentadas essas informações oriundas das IES Estaduais paranaenses que participaram deste estudo, assim como será feita uma reflexão sobre esses indicadores.

No que se relaciona ao espaço físico, apenas a UNICENTRO considerou estar com seu espaço físico adequado à necessidade da instituição e das funções a serem exercidas. A maioria das instituições não possui um espaço próprio para desenvolvimento de suas atividades de internacionalização. Uma instituição que deseja fazer da internacionalização um objetivo para seu crescimento, deve preocupar-se em possuir local onde haja, no mínimo, sala e mobília em perfeitas condições de uso e suficientes tanto para o número de funcionários que possuem, como para acomodação de visitantes estrangeiros, reuniões de equipes, atendimento ao público, execução das atividades de cooperação, etc.

Quanto ao número de funcionários existente nos Escritórios das IES Estaduais do Paraná, somente a UNICENTRO concorda que o número de funcionários que possui é adequado para desenvolver as atividades. Essa instituição possui 03 funcionários, enquanto a UEL (05 funcionários), UEM (03 funcionários), UNIOESTE (02 funcionários) e UEPG (02

funcionários), consideram esse número insuficiente. A terminação funcionário determina para esse trabalho a inclusão da(o) assessor.

Mesmo a instituição que possui o maior número de funcionários concorda que esse número não é suficiente para dar continuidade ao desenvolvimento das atividades de internacionalização. Esse fato pode trazer alguns problemas para o Escritório e conseqüentemente para a instituição. A carência de pessoas ocasiona a morosidade na execução das atividades de internacionalização, dificuldades na divisão do trabalho, desmotivação por parte do pessoal por sobrecarga de atividades; dificuldade na expansão e melhoria das atividades, menor visibilidade da IES no exterior, entre outros.

É importante ressaltar que na Carreira Técnica do Estado do Paraná^{vi}, conforme seu anexo, não existe cargo específico para o desenvolvimento de atividade que exige o idioma estrangeiro, com exceção do cargo de secretário executivo. Dessa forma, os Escritórios sempre irão existir com pessoas capacitadas, mas ao mesmo tempo sub-valorizadas profissionalmente e exercendo sua atividade em disfunção.

Além do aspecto lingüístico, a capacitação dos funcionários nas atividades específicas da cooperação internacional deve, também, ser levada em conta nas IES. Nesse estudo foi observado que as IES Estaduais paranaenses não apresentam um plano de atividades envolvendo esse aspecto, mas sim, contornam os problemas quando os mesmos surgem, cada uma a sua maneira. Entende-se por capacitação específica a participação em cursos voltados a esse tema, participação regular em eventos específicos da área e em atividades voltadas para a diplomacia internacional além de conhecimento da legislação existente. No item legislação é o local onde mais se encontram problemas, principalmente nas diferentes interpretações da mesma pelas assessorias jurídicas das IES.

A informatização e a velocidade com que as notícias viajam pelo mundo atualmente também são elementos importantes na Cooperação Internacional. No que se refere aos equipamentos necessários para um eficiente trabalho nos Escritórios de Cooperação, quatro Universidades afirmaram que não possuem equipamentos adequados ao desenvolvimento dessa função, entende-se neste trabalho como material de apoio técnico, software, hardware, mobília, entre outros. Em outras palavras, com a inadequação de um espaço físico aliada à falta de equipamento, o trabalho de cooperação pode sofrer sérios entraves.

As IES Estaduais, também listaram as principais dificuldades que atualmente enfrentam ou que poderiam ser melhoradas no desenvolvimento de suas atividades internacionais. Entre elas estão: o espaço físico, número de funcionários, equipamentos, capacitação de pessoal em línguas estrangeiras, dificuldade de envio de professores e acadêmicos ao exterior via contrapartida com IES estrangeiras, falta de material de divulgação para garantir visibilidade interna e externa, inclusive internacional, definição e política interna e externa sobre a cooperação internacional, flexibilização de currículos dos cursos, bolsas de estudos que contemple viagens internacionais, adequação da cooperação internacional na academia e vice-versa.

Outro elemento importante detectado na análise dos dados dessa pesquisa é que nenhuma das IES estudadas possui dotação orçamentária própria para desenvolver suas atividades, o que mostra que é necessária a aprovação do órgão superior para qualquer ação que envolva recursos financeiros da instituição. Esse fator, mesmo entendendo os aspectos burocráticos que influenciam as decisões centralizadas, diminui de modo significativo o fortalecimento da

Cooperação Internacional, pois a todo o momento, os Assessores necessitam desenvolver um trabalho de convencimento junto aos seus superiores, quando na verdade, poderiam estar desenvolvendo uma política institucional, fazendo jus à sua escolha e de sua equipe ante as atividades propostas.

Nesse caso, a capacidade de interlocução do responsável pela Cooperação Internacional é importante para manter ganhos e negociar com os demais setores das Universidades. De acordo com Lara (*online*, 2006) “las funciones de los Directores de Relaciones Internacionales en un mundo tan cambiante requieren ir adaptándose a las siempre nuevas necesidades educacionales”. Quando se observa as Universidades no exterior, principalmente Europa e Estados Unidos, percebe-se dotação orçamentária própria e responsabilidade nas tomadas de decisões. Por outro lado, esse processo, não é homogêneo na América Latina.

Apesar dessa falta de autonomia constatada, percebe-se que em quatro IES a Cooperação Internacional obedece a um planejamento estratégico para desenvolvimento das atividades elaborado pelos Escritórios. Uma delas informou que não segue a um planejamento. Embora, quatro das instituições afirmassem fazer um planejamento estratégico de suas atividades, percebe-se que as condições institucionais, físicas e de pessoal impedem que essas ações sejam executadas. Assim, entende-se que na prática, há dificuldades em colocar o plano estratégico em ação.

Entende-se que a Universidade que deseja fazer parte desse contexto internacional, promovendo a troca de experiências com as instituições de ensino superior estrangeiras, em busca do desenvolvimento científico, tecnológico e cultural, deve antes de tudo planejar essa inserção. Em busca da liderança na área da educação superior, as Universidades que possuem um bom programa de internacionalização acadêmica serão as mais competitivas. Sendo assim, é necessário que se identifiquem as necessidades das mesmas e que estabeleçam as atividades de relações internacionais dentro dos objetivos da instituição.

Stallivieri (2004), em seu estudo sobre a cooperação internacional no Brasil, enumera alguns parâmetros que podem fazer parte de uma estratégia de internacionalização universitária. Entre eles, definir política de internacionalização; intercâmbio de estudantes, professores e gestores; inserir-se em redes de cooperação internacional; participar de projetos de alcance global; captar recursos de diferentes fontes de financiamento; coordenar e participar de eventos internacionais; participar de reuniões de organismos internacionais; coordenar convênios e acordos internacionais; oferecer títulos acadêmicos em conjunto com outras instituições; apoiar a formação de RH; captar talentos em áreas competitivas; divulgar informações sobre as oportunidades no exterior.

Atualmente, quatro das IES desse estudo buscam sua visibilidade via *internet* através de suas *webpages*. É importante ressaltar que a *internet* é um dos meios mais utilizados na busca de informações, sendo assim, é necessário que haja visibilidade dentro e fora da instituição.

Dessas, três instituições afirmaram que possuem visibilidade da dimensão internacional da instituição e duas não possuem. Entretanto, mesmo sabendo que três IES afirmaram que se preocupam em elaborar uma *webpage* com visibilidade no exterior, somente uma divulga suas informações em outros idiomas além do português. As outras informaram que possuem *webpage* somente em português e, dessas, uma informou que está sendo preparada uma *webpage* com informações em inglês e espanhol.

É importante que, num setor responsável pela cooperação internacional, as informações sejam divulgadas em outras línguas, para que haja visibilidade no exterior das ações da instituição. A falta de opções em línguas estrangeiras em uma *webpage* ocasiona a dificuldade na pesquisa por estudantes e professores estrangeiros e, conseqüentemente, o acesso à instituição.

A visibilidade da Cooperação Internacional de cada IES também pode ser demonstrada pela participação em eventos específicos da área. No caso do Fórum de Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais, as IES Estaduais paranaenses, na sua grande maioria, participam tanto das reuniões regional como nacional, via assessores ou funcionários. Uma IES informou, que por problemas de recursos, não vem participando continuamente do Fórum e outra informou que não participa por não ser filiada. A pesquisa também permitiu concluir que é necessário fomentar a integração inter-universitária dos Escritórios de Cooperação Internacional. Esse trabalho apesar de existir é tênue, e muito poderia ser aproveitado pelas IES nessa inter-relação. Apenas para exemplificar, pode-se citar a realização de cursos em conjunto, compartilhar visitas internacionais, assim como, vinda de profissionais, formação de um kit estratégico de divulgação das IES, envolvendo a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI.

Esta inter-relação também vale para o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que representa as IES. Atualmente, a relação internacional das IES tem pouca dimensão dentro da SETI e vice-versa. Existe uma lacuna a ser preenchida.

No entender dessa pesquisa a iniciativa é o início de um trabalho, mas, deve também encarar como um processo contínuo e de política internacional própria do Estado, ou seja, é necessário que seja uma marca evolutiva, com avaliação contínua. Para isso, os Escritórios de Cooperação Internacional de cada IES têm muito que oferecer. Todas as IES informaram que, ao longo de sua existência, alguma vez foram procuradas pela SETI para discutirem, participarem ou realizarem algumas atividades nessa área. Isso mostra a necessidade de implementar ainda mais essa aproximação, assim como, incorporar esse espírito da cooperação internacional nos órgãos decisórios do Estado. A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no momento que conhecer ainda mais a cooperação internacional, passará a ser uma aliada importante nesse contexto.

Como observação final desse capítulo, as IES, além da cooperação internacional sobre a mobilidade estudantil, deveriam se preocupar intensamente com a mobilidade estudantil em nível nacional. Apesar do Paraná já ter incorporado essa iniciativa^{vii}, na prática pouco acontece, e isso ocorre porque as condições estruturais não acompanharam as discussões burocráticas na implementação desse programa.

6 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES

A partir da análise dos fatos, permitiu-se chegar às seguintes conclusões:

- Que a existência de Escritório de Cooperação Internacional nas IES não significa que a atividade de internacionalização universitária esteja ocorrendo;
- O trabalho mostrou que as IES Estaduais do Paraná envolvidas neste estudo estão em um processo de aprimoramento de suas atividades relacionadas com a Cooperação Internacional;

- A Cooperação Internacional nas IES estudadas ainda não está incorporada plenamente no contexto universitário. É necessário definir claramente seu status;
- Considerando o tempo de existência dos Escritórios de Cooperação Internacional, o processo de internacionalização deveria estar estruturado e regulamentado dentro das instituições;
- Os Escritórios de Cooperação Internacional necessitam na sua maioria estrutura física acompanhada de treinamento em recursos humanos específicos a essa área, assim como, capacitação permanente;
- A Cooperação Internacional das IES Estaduais do Paraná necessita maior contato entre si para organizar atividades em conjunto, minimizando custos e maximizando resultados e conhecimento adquirido;
- Os dirigentes institucionais das IES necessitam padronizar juntamente com os Escritórios de Cooperação os trâmites internacionais acadêmicos nas suas diferentes modalidades;
- Os convênios firmados entre IES nacionais e estrangeiras vão além do papel que exercem, passam pelo trabalho de execução, relação humana e persistência;
- A relação SETI (Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior) e Universidades, através de seus Escritórios de Cooperação Internacional, necessita reavaliação tanto nos seus contatos como nas atividades que podem ser complementadas;
- A Legislação Estadual (Decreto nº. 5098 de 19/07/2005, do Governo do Estado do Paraná) dificulta o processo de internacionalização pela sua própria característica centralizadora na liberação de servidores para viagens a trabalho e estudos no exterior;
- As diferenças econômicas entre países limitam a operacionalização da cooperação internacional;
- Os Escritórios de Cooperação Internacional não conseguiram ainda atingir a comunidade universitária como um todo, no quesito divulgação;
- As *webpages* das Universidades necessitam ser readequadas para a internacionalização, sendo apresentadas em mais de uma língua estrangeira. A divulgação dos Escritórios de Cooperação Internacional através de *folders*, cartazes, atividades, *internet*, entre outros, também é deficitária nas IES Estaduais do Paraná;
- A hipótese básica do trabalho pode ser considerada parcialmente corroborada, mesmo que em alguns pontos as IES estejam mais preparadas para o exercício de suas funções.

Essa pesquisa mostrou, embora de forma limitada pela característica do próprio estudo, que é necessário definir claramente nas IES Estaduais do Paraná o status dos Escritórios de Cooperação Internacional. Além disso, a Cooperação Internacional necessita um choque de conscientização de todos os segmentos das Universidades que possam facilitar o salto necessário a essa atividade.

Assim, com base nos resultados obtidos nesta pesquisa, além de uma análise da situação atual da cooperação internacional das IES Estaduais do Paraná, foram elaboradas essas considerações, levando em conta as necessidades das Universidades e as ações que deverão ser tomadas para que este processo seja institucionalizado com a maior urgência possível. Para isso, foi considerado o avanço dessas atividades nas Universidades estrangeiras, principalmente na Europa, Ásia e América do Norte. Também, é válido considerar que a institucionalização da cooperação internacional é relativamente nova nas IES estudadas. Esse

fato permite ainda seu fortalecimento junto ao Governo do Estado, já que a conexão entre as Relações Internacionais do Estado via Governo não envolve claramente as IES.

É importante lembrar que o trabalho em torno da internacionalização, apesar de ser visto como uma atividade pouco considerável e até discriminada por grande parte da comunidade universitária, não se caracteriza como um luxo para a instituição, mas sim, como uma atividade fundamental, devendo estar inserida no plano de ações da administração. E, para isso, é necessária sua estruturação tanto física quanto de pessoal administrativo capacitado, dentro da instituição.

7 REFERÊNCIAS

BRAVO, Restituto S. **Técnicas de Investigación Social: Teoría y Ejercicios**. Madrid, Espanha: Thompson Ed., 14ª ed., 2003.

DEWES, Homero; ROCHA, Silvia M. **A face universitária das relações internacionais: um referencial para nosso trabalho**. XII Reunião Anual do FAUBAI: São Paulo, SP, 2001.

GARCÍA, Manuel J.; RACKI, Anda M. **Movilidad de estudiantes universitarios em Iberoamérica: instrumentos para el reconocimiento de los estudios**. Revista Iberoamericana de Educación, N. 35, Mayo-Agosto 2004. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/rie35a07.htm>>. Acesso em 20 out. 2006.

KNIGHT, Jane; WIT, Hans de. Eds. **Internationalization of Higher Education in Asia Pacific Countries**. Amsterdam: European Association for International Education, 1997. In: WIT, Hans de. **Changing rationales for the Internationalization of Higher Education**. Center for International Higher Education, Boston College, N. 15, 1999. Disponível em: <http://www.bc.edu/bc_org/avp/soe/cihe/newsletter/News15/text1.html>. Acesso em 20 mai. 2006.

LARA, Rene. **Propuesta para Competencias Profesionales de un Director de Relaciones Internacionales de una Universidad en el siglo XXI**. In: **La Internacionalización y la Cooperación Universitaria**. Red Latinoamericana de Cooperación Universitária. Disponível em: <http://www.rlcu.org.ar/documentos/publicaciones/Competencias_Profesionales.PDF>. Acesso em: 10 dez. 2006.

LAUS, Sonia P.; MOROSINI, Marília C. **Internationalization of Higher Education in Brazil**. In: Wit, Hans de. *et al* (Eds.). **Higher education in Latin America: the international dimension**. The World Bank: Washington, 2005. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/EXTLACREGTOPEDUCATION/Resources/Higher_Ed_in_LAC_Intnal_Dimension.pdf>. Acesso em 05 nov. 2006.

OLIVEIRA, Silvio L. de. **Tratado de Metodologia Científica**. São Paulo: Pioneira, 2001.

SAMOILÓVICH, Daniel. **Novos cenários da cooperação internacional**. In: ENCONTRO SOBRE A COOPERAÇÃO ENTRE A EUROPA E A AMÉRICA LATINA, Coimbra, 1999. *Anais...* Coimbra, Universidade de Coimbra, 1999. In: STALLIVIERI, Luciane. **Estratégias de internacionalização das Universidades brasileiras**. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

SEBASTIÁN, Jesús. **Cooperación e internacionalización de las Universidades**. Buenos Aires: Biblos, 2004. In: STALLIVIERI, Luciane. **O Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais e a Internacionalização das Instituições de Ensino Superior**. Disponível em: <<http://ci.locasite.com.br/faubai/textos/index.html>>. Acesso em 05 mai. 2006.

_____. **Modalidades y Tendencias de la Cooperación Internacional de las Universidades**. Revista Española de Desarrollo y Cooperación, nº 5, pp: 125-144 (2000). Disponível em: <<http://www.campus-oei.org/cursosctsi/uruguay/modelos.pdf>>. Acesso em 20 out. 2006.

SELLTIZ, Claire *et al.* **Métodos de Investigación en las Relaciones Sociales**. Madrid, España: Ediciones Rialp, 1980.

SIERRA, Elena J. **La investigación social y el dato complejo**. Alicante, Espanha: Publicaciones Universidad de Alicante, 2003.

STALLIVIERI, Luciane. **Estratégias de internacionalização das Universidades brasileiras**. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

STALLIVIERI, Luciane. **O Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais e a Internacionalização das Instituições de Ensino Superior**. Disponível em: <<http://ci.locasite.com.br/faubai/textos/index.html>>. Acesso em 05 mai. 2006.

ⁱ O questionário cumpre a função de conectar os objetivos de uma pesquisa com a realidade do problema a ser estudado. Nesse estudo foi elaborado um questionário específico, após conhecimento dos problemas que poderiam advir durante o desenvolvimento do trabalho.

ⁱⁱ STALLIVIERI, Luciane; MONTEIRO, Suzana Q. de M. **Diagnóstico do Quadro Atual das Estruturas de Relações Internacionais Acadêmicas**. Anuário FAUBAI 2006.

ⁱⁱⁱ Por não encontrar homogeneidade quanto à denominação desse setor junto as IES, optou-se por denominá-los Escritório de Cooperação Internacional.

^{iv} A UEL informou que não contabilizava essas informações até 2005, portanto, as informações são do ano de 2006.

^v Quanto a UEPG, a informação aluno enviado, se comparados com as demais IES apresenta viés. Optou-se então por manter o dado informado.

^{vi} Lei nº 15.050 de 12/04/2006. Publicado no Diário Oficial nº 7.205 de 12/04/2006. Disponível em: <http://celepar7cta.pr.gov.br/SEEG/sumulas.nsf/319b106715f69a4b03256efc00601826/19c4bf98e055992e83257164005e84e9?OpenDocument#_Section1>. Acesso em 30 mai. 2007.

^{vii} Programa Paranaense de Mobilidade Estudantil. Criado pelo Governo do Estado do Paraná, Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, através de um convênio com as Instituições Públicas de Ensino Superior Paranaenses.